



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA SAÚDE
GABINETE JURÍDICO

Informação Proposta nº 268/G.J/2020

PARECER

À consideração Superior com a indicação de que compulsado o processo constatou-se que o mesmo decorreu nos prazos estabelecidos no nº 1 do artigo 112 do E.G.F.A.E, aprovado pela Lei nº10/2017 de 01 de Agosto conjugado com o mº 1 do artigo 94 do R.E.G.F.A.E, aprovado pelo Decreto nº 5/2018 de 28 de Fevereiro.

Termos em que somos de apreciação positiva a proposta da DRH de aplicação da pena **pena de Multa graduada em 30 dias por Negligencia nos termos do nº 1 do artigo 94 por força do nº 2 do artigo 99, ambos do E.G.F.A.E, aprovado pela Lei nº10/2017 de 01 de Agosto.**

A Diretora Nacional do Gabinete Jurídico

Dalmácia Cossão



DESPACHO

Data: 15 de Setembro de 2020

À

Sua Excelência Vice –Ministra da Saúde
Dra Lidia Casrdoso

Assunto: Parecer sobre o Processo Disciplinar da Sra Felizarda Antonio Matola.

Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-nos informar o seguinte:

DOS FACTOS

1. **Felizarda Antonio Matola**, Técnica de Saúde afecta ao Armazem Central de Zimpeto. A mesma foi acusada de no dia 03 de Abril do ano em curso , durante as horas normais de expediente ter participado no envio de medicamentos e produtos

afins ao Deposito de medicamentos da Zambézia sem guias de remessa provenientes do Armazem Central de Zimpeto;

DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO DISCIPLINAR

2. Nos termos do nº 1 do artigo 112 do EGFAE, a instrução do Processo Disciplinar inicia com a notificação do despacho que designa o instrutor e termina dentro de um prazo de 45 dias e tal prazo pode nos termos do nº 2 do artigo supra estabelece que o prazo acima referido pode se prorrogado por mais 15 dias sempre que a complexidade do processo assim o requerer;

No entanto;

3. No caso em apreço e analisados os factos constantes no processo foi possível constatar que o processo disciplinar da Funcionária **Felizarda Antonio Matola**, iniciou no dia 17/07/20 e terminou com o relatório do instrutor no dia 24 de Agosto de 2020 por tanto nos 38 dias dos 45 previstos pela lei o que pressupõem que o mesmo transcorreu dentro do prazo legal previsto no nº 1 do artigo 112 do E.G.F.A.E, aprovado pela Lei nº10/2017 de 01 de Agosto conjugado com o mº 1 do artigo 94 do R.E.G.F.A.E, aprovado pelo Decreto nº 5/2018 de 28 de Fevereiro.

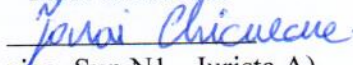
APRECIANDO E PROPONDO

Nos termos do acima explanado somos de apreciação positiva e emendamos a informação proposta nº 137/026/DRH-DNPA/2020 que propõe a aplicação da pena de Multa graduada em 30 dias por Negligencia nos termos do nº 1 do artigo 94 por força do nº 2 do artigo 99, ambos do E.G.F.A.E, aprovado pela Lei nº10/2017 de 01 de Agosto.

Contudo, o Excelentíssimo melhor decidirá.

Maputo, 15 de Setembro de 2020

Farai Chicuecue



(Técnico. Sup.N1 - Jurista A)

